

A SUBVERSÃO DIGERIDA NO ESTÔMAGO DO SILÊNCIO

Ensaio crítico sobre as intervenções de M.I.A.
e o posicionamento da artrio

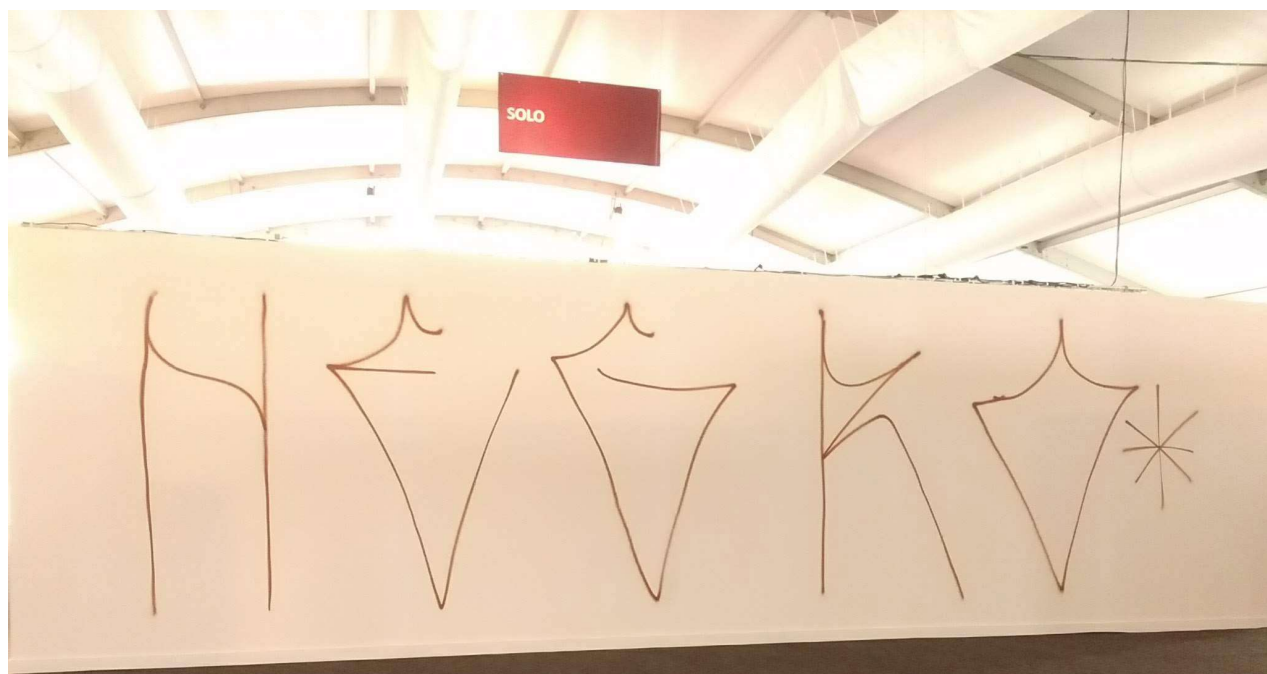
Paula Peregrina¹

Resumo: Neste texto que chamo de ensaio crítico, procuro realizar uma reflexão acerca da (não) relação da *ArtRio* com as intervenções do artista M.I.A, que na abertura da edição do ano de 2019 do evento picha a palavra NEGRO em uma das paredes *drywall* do segundo pavilhão da feira e em outro momento realiza uma intervenção direta em uma obra dos Gêmeos. Parto da experiência de contato com a feira, com a pichação, suas reverberações em redes sociais e algumas conexões teóricas para discutir sobre sua potência e tensões provocadas pelo ato, assim sobre como o silêncio da organização da *ArtRio* em relação a essas provocações implica. Por fim, procuro pensar sobre a falta que a crítica de arte, com sua força adormecida, faz nesse contexto.

Palavras-chave: Pichação. Silêncio. ArtRio.

¹ Mestranda em Artes Visuais na linha de pesquisa História e Crítica da Arte. Seu interesse de pesquisa perpassa teorias tangentes à história da arte tradicional, como a crítica feminista da história da arte. Em seu trabalho artístico explora relações entre tempo, espaço, memória, ciências, política e subjetividades. PPGAV-UFRJ. E-mail: pperegrinah@gmail.com

No segundo pavilhão da ArtRio, realizada em 2019, destinado aos projetos de artistas do eixo Rio-São Paulo, coleções de arte e Prêmio Foco, eu e minhas colegas de curso nos deparamos com uma pichação em uma das paredes de *drywall*, com a palavra *Negro* (Figura1) em letras estilizadas e finalizadas por um asterisco, tomando quase toda dimensão do suporte. Ao visualizá-la sequer questionamos que ela fosse parte da exposição, ao que uma colega manifestou surpresa por uma “arte subversiva” estar presente naquele evento. De fato, a intervenção não era *a cara* da ArtRio, particularmente em comparação com o primeiro pavilhão, destinado às galerias. Contudo, tampouco destoava o suficiente para que se questionasse sua legitimidade, no sentido de autorização (convite do próprio evento) de sua presença naquele local.



Se muito já se discutiu sobre a pichação e seus desdobramentos serem ou não arte, particularmente dentro dos círculos artísticos, atualmente é basicamente consenso que essas práticas foram assimiladas, presentes como *obra de arte*, sob variados suportes e formatos, peças de design ou vestuário. Essa visão me levou a discordar, portanto, que naquele espaço, autorizadamente, a pichação fosse subversiva. Estava devidamente institucionalizada, como tantas outras ações, objetos, materiais, formas e por aí vai, que já foram subversivos no meio artístico e, atualmente, se ainda o são em outros espaços, neste não é. Concordamos sem maiores discussões, provavelmente pela impossibilidade de ignorar que a arte vem testando seus limites de ser, ao ponto de desafiar a integridade do corpo e até a morte, de modo que nos tornamos muito ágeis em domesticar o ultrajante (STEIBERG, 2008, p.24), ao menos no interior confortável de nossos *círculos artísticos*.

Contudo, ao chegar em casa, deparei-me com uma publicação no Instagram sobre essa pichação, que ocorreu sem o consentimento da organização do evento, como uma intervenção espontânea de um artista desconhecido. Nos comentários da página que publicou sobre o ocorrido, encontrei menção ao responsável pelo ato (M.I.A. – Massive Illegal Arts) e, no perfil dele, encontrei a filmagem de sua execução, assim como pude deduzir que atos como esse são uma constante em sua atuação. Essas informações abalaram meu posicionamento inicial: se a presença da pichação por si só não era subversiva naquele espaço, o ato do artista, em termos de intenção e contexto imediato, têm sua subversão afirmada pela não autorização, pelo confronto com a norma.

Me chamou a atenção o ato por tornar visível a presença do corpo do “sujeito pichador”, algo que nos é velado quando apenas encaramos o resultado do seu gesto: com uma entrada furtiva de naturalidade surpreendente, quase como uma aparição, seguro e ligeiro, demonstrando total domínio de sua ferramenta – o spray, M.I.A. inscreve as letras maiores que ele, em vermelho, em pouco mais de trinta segundos, desaparecendo novamente. Paralelamente, no mesmo vídeo, as pessoas ao entorno não reagem ao ato: continuam seu trânsito, suas conversas, olham rapidamente sem interromper os passos ou param por segundos, tal qual observei fazerem com boa parte das obras que se

encontravam ali. Completamente absorvido pelo ambiente, o ato subversivo de M.I.A provavelmente é interpretado como uma performance, algo do evento, tal qual a pichação visualizada por mim e minhas colegas parecia convertida, automaticamente, em obra de arte (ainda que fosse subversiva), simplesmente por estar ali.

Tomada pelo dilema subversivo ou não subversivo, continuei acompanhando tanto quanto possível os desdobramentos. Não chego a me surpreender de que não houveram grandes alardes sobre a situação. Em resumo, o que consegui visualizar dos desdobramentos do ato e da obra foram comentários animados de apoio e elogio de amigos do artista, alguns discordantes da efetividade do ato e sua intenção de denúncia, duas matérias jornalísticas na *Veja São Paulo e Jornal O Globo*, que falavam sobre o ato e destacavam principalmente a decisão da ArtRio em não apagar o resultado da intervenção, sua atratividade para *selfies* e alguns comentários de participantes. Houve, ainda, uma polêmica envolvendo o artista Pandro Nobã, que trabalhou na arte de um *container* do evento, e relata em sua rede ter sido equivocadamente suspeito de ser o responsável pela pichação por seguranças e organizadores da feira, chegando a sofrer uma intimidação cuja natureza não fica clara no relato, situação que chegou a ser mencionada por um participante da mesa do dia 21/09, *A arte em tempos de pós-verdade precisa ser política?*, mas sobre a qual nada se comentou neste mesmo contexto. A intervenção de M.I.A, por fim, acabou como um símbolo de protagonismo tratado com uma tolerância polida por alguns e entusiasmo por outros – aqueles que se identificavam com o ato e a palavra inscrita. Por parte da ArtRio, silêncio. Segundo Assis no *Jornal o Globo*, em matéria publicada no dia 19/09 “*A organização da feira optou pela manutenção do grafite e estaria buscando um contato com seu autor*” (ASSIS, 2019). Ao que parece, até hoje a organização da feira não encontrou esse contato, que com facilidade foi encontrado por mim, jornalistas e várias outras pessoas. Caso contrário, o artista provavelmente teria comentado sobre isso, como de costume.

Tanto é provável que esse contato não tenha acontecido que, como reagindo à falta de reação diante do seu ato, no que pareceu ser o último dia do evento, M.I.A. realiza uma intervenção, mais *ousada*, com pincel atômico sobre uma

obra dos Gêmeos escreve TOY. O artista explica que a expressão é uma crítica a pessoas que se apropriam do movimento Hip Hop para ganhar notoriedade e se tornam aliados dos opressores. Essa segunda ação do artista, embora tenha atraído mais comentários controversos dentre os seus próprios seguidores, também foi encarada como mais uma intervenção por comentaristas em redes sociais, sem maiores alardes, sem notícias de sua repercussão ou posicionamento da feira. É interessante pensar nos deslocamentos que MIA faz da pichação, dos espaços urbanos para esse espaço de arte. Consonante com vários outros estudos, a antropóloga Rita Alves, da PUC-SP, entrevistada por Souza comenta sobre o ato de pichar: *“Deixar sua marca na cidade é um jeito de dizer estou aqui, eu existo, é uma maneira de se dar voz. Se o cartaz do ‘compro ouro’ pode, por que eles não podem?”* (ALVES apud SOUZA, 2008, p.76). Nesse caso, o artista desinveste sua identidade individual, colocando-se como “Negro”, reclamando a visibilidade, o reconhecimento da existência e reverberações da identidade coletiva que ele escolhe nomear dessa maneira. Confronta a lógica mercadológica a partir de seu limite último – o da ilegalidade explícita:

É possível afirmar que a ilegalidade da pichação vai de encontro com a lógica do capital, que opera no espaço urbano contemporâneo a partir da venda, ou aluguel, de todo e qualquer espaço da cidade global. Basta andar pelas ruas dos grandes centros urbanos para notar como se dá o loteamento da comunicação, seja a partir de fotos, de imagens das mais variadas, de frases, enfim, de toda e qualquer comunicação de venda e ou de oferta, de promoção de produtos e serviços para o sujeito consumidor. A pichação, ao ocupar esse espaço (público) sem a devida autorização, uma vez reservada como espaço para intermediar a compra, configura-se com ilegal. A prática da pichação pode ser entendida, nessa lógica, como uma ação de roubo de espaço publicitário. (Mittmann, 2012, p.67)

Com essas duas intervenções o artista M.I.A. traz críticas importantes para as reflexões acerca da arte contemporânea, seus mercados e rodas de conversa, num ambiente fortuito, duas delas muito claras e expressas também discursivamente por ele em sua rede social. A mais óbvia é a pouca representatividade de artistas negros no âmbito da arte e seus mercados. A outra diz respeito à apropriação de práticas contraculturais, que tem em sua origem um modo de resistência ou, para usar a palavra que escolhi como protagonista, de subversão, convertendo-as em produtos assimiláveis às instituições e aos mercados. Se considerarmos, ainda, que a pichação e, antes de sua assimilação mais marcante que a desta, também o grafite, eram e ainda são práticas marcadamente por jovens, de grupos marginalizados, que a partir desses atos buscam confrontar a privatização do espaço público como veículo que pode ser poluído legitimamente pela publicidade, mas não pelos cidadãos (principalmente não por negros e periféricos), tais expressões, quando institucionalizadas, perdem em potência e sentido.

A discussão me importa e acredito que, para além do meu achar, seja importante, pois existe uma diferença entre a “subversão” das normas da arte, – como a que é discutida por Leo Steinberg no texto *A arte contemporânea e a questão do seu público*, que ocorre nos interiores do círculo e instituições artísticas, dizem respeito aos modos de fazer arte nesse contexto –, e a que surge das ruas, das camadas sociais marginalizadas, e provocam não apenas a arte, estendendo suas reivindicações, estéticas e éticas à própria condição de existência. É possível pensar que M.I.A. atua no sentido subverter o espaço expositivo mercadológico e materializa nele a rua junto a todas as suas questões mais amplas, que incluem também a arte, mas não dizem respeito somente a ela e suas instituições, reclamando da arte, talvez, abarcá-las.

Ao que parece, M.I.A. segue o seu curso, sem maiores desdobramentos de suas ações na ArtRio 2019, ainda que seus atos ferissem a lei e tomassem a feira como um alvo persistente, pois para além da intervenção no espaço, outras referências a ela estiveram presentes em sua exposição *Resistência ou Sorte*, que ocorria paralelamente no Espaço Apis, no Rio de Janeiro. Arrisco que ao confrontar a ArtRio com o ato ilegal, o artista encurrala a feira, que ao menos nessa edição incluiu em sua programação diversas conversas, ainda que um tanto rasas e dispersas ante ao frenesi mercadológico do

evento, sobre assuntos relevantes para pensar a diversidade nas práticas artísticas e a relação entre colecionadores, instituições, artistas e sociedade. Caso tivesse uma atitude explicitamente opressiva ou mesmo apagasse a inscrição de M.I.A., a organização da feira entraria em contradição. Por outro lado, ao não fazer nada, é condescendente com um ato ilegal, o que certamente não deve ser apreciado por parte de seus admiradores. No âmbito atual e, é claro, protegendo-se de uma das mais terríveis alcunhas que pode receber qualquer artista ou coisa relacionada a arte, a de conservadora, a feira mantém a pichação intacta. Contudo, não se manifesta publicamente em relação a nenhum dos acontecimentos acerca disso, inclusive no que diz respeito ao equívoco já mencionado, envolvendo outro artista que trabalhava na feira. Esta é, provavelmente, a atitude mais sensata possível, afinal, quando não se assume um posicionamento em relação a algo, não haverá o que ser condenado – exceto o silêncio. É provável que o artista já esperasse por isso, pois é algo que me parece implícito em sua expressão *Segregação Cordial*, que utiliza para se referir à feira.

Sem querer defender M.I.A., que também tem lá suas contradições, ou condenar a ArtRio, que à sua maneira apresenta algum esforço pela arte nacional e tensões que ela implica, ao silenciar-se sobre essas provocações do artista, a ArtRio perde a oportunidade de dar corpo aos debates com os quais se comprometeu em sua programação. Mais do que contraditório com uma postura que se propõe a discutir e *conscientizar* os colecionadores, obvio público-alvo da feira, o silêncio, neste caso, expressa uma postura aniquiladora do sujeito provocador, que grita por um debate válido e supostamente abraçado por aquele espaço, conforme expressa Tiago Sant’Ana, ganhador do Prêmio Foco concedido na feira:

As feiras de arte reproduzem uma lógica da sociedade. Foi uma ação legítima, é uma maneira de reformar sua ausência de pessoas negras nos espaços institucionais da arte. Hoje nós vemos um crescimento do espaço de artistas negros no mercado ou sendo premiados, mas ainda assim é algo muito inferior ao número de pessoas dentro da sociedade. (SANT’ANA *apud* ASSIS, 2019)

O silêncio da ArtRio e, em paralelo, a insuficiência de discussão ágil e em profundidade dos interessados sobre o ato – aqueles do *círculo de arte* que mencionei, isto é, os presentes na feira, os acadêmicos e afins, deflagra a já conhecida condição moribunda da crítica, urgindo por sua recuperação para que as tensões e provocações que surgem com atos como este não sejam apenas digeridas pelo cenário artístico e lançados como problemas de estado, como vem ocorrendo. O que quero dizer é que há algo grave em perceber as variadas questões que vem sendo polemizadas e discutidas sobre a arte não estão sendo protagonizadas por seu circuito, mas tratadas como problema do jornalismo geral ou políticas públicas e, obviamente, tratado por estes termos, uma vez que são eles que chegam à população, aos que não frequentam museus, galerias ou feiras por algo além, devemos assumir sem hipocrisia, a falta de interesse. Como observa Osório, a crítica tem um papel fundamental nessas discussões, ainda que considere a exclusão de certas camadas da população desses espaços *um problema à parte*, uma vez que ela é capaz de produzir deslocamentos e criar passagens sempre políticas: “A crítica, assim como a política, procura um consenso, mas vive e habita o dissenso. Em um mundo onde a multiplicidade é a regra, a crítica é um exercício inacabado que impede que as diferenças se anestesiem ou que as identidades se fixem”. (OSORIO, 2008, p.190)

Creio que foi pelo incômodo de assistir à morte por inanição da potência da provocação de M.I.A. à ArtRio é que me enchi de perguntas sobre o que é, ainda, subversivo na arte? Ou, a arte, por si mesma, é subversiva? E, ainda, qual seria o papel dessa subversão? Essa palavra relacionada à contradição, perturbação, revolução, transformação não parece, paradoxalmente, encontrar ar para sobreviver em uma feira de arte da envergadura da ArtRio. No universo íntimo das instituições artísticas, a subversão só tem sido confrontada quando em choque com determinações estatais. Poderíamos entender como algo positivo que no âmbito de uma feira, fora desses entraves do público, um ato que tem todos os elementos para ser subversivo, seja “respeitado”, talvez, pela liberdade de expressão, “tolerado” e até mesmo provou o gosto de ser mencionado pela mídia. Entretanto, há o silêncio. O silêncio, neste caso, é também um posicionamento: invisibiliza o ato em sua potência, o digere, absorve e o faz desaparecer no âmbito da feira e de

tudo o que ela representa. Ao calar-se, a ArtRio não compra a provocação do artista, nem para colocar em debate a ilegalidade problemática da pichação, tampouco para abarcar sua reivindicação dentro do que já estava posto na programação da feira. Ao não falar sobre o ato, a feira não escapa de escolher uma posição – a de recusar à intervenção o status de arte, uma vez que preferiu se calar sobre ela. Não a recebeu, nem a recusou, deixando-a no limbo para evitar os confrontos que discussões dessa dimensão, particularmente ante o corpo vivo do ato, trariam sem que estivessem devidamente enquadradas e orientadas pela instituição.

Fato é que M.I.A. poderia ter inscrito, em vez de Negro, outros signos como **mulher, pobre, fora do eixo Rio-São Paulo, sem origens familiares** intelectuais, e tantas outras condições sociais que afastam certos segmentos da população tanto da interação com o universo artístico quanto de tornar-se um ator dentro desse universo. O que todos eles têm em comum é, justamente, o silêncio das instituições artísticas, da história e da crítica, o que já vem sendo questionado nas últimas décadas, inclusive quanto à maneira de tratar e lidar com essas ausências passadas, visando principalmente impedir a sua reprodução no presente. Evitando o conflito proposto pelo outro, a feira acaba por se embalsamar na contradição de propor assuntos polêmicos em relação aos quais não está disposta a discutir se estiverem fora do âmbito de sua organização, contradição porque, uma vez que se traz à tona assuntos como: colecionismo consciente, arte e política, narrativas afro-brasileiras, dentre outros, é preciso assumir que o debate e o tratamento acerca da arte já extrapolaram as fronteiras da área, sendo necessário diálogos com outros saberes, inclusive o da rua – que M.I.A. trouxe para dentro da feira, não pela inscrição, mas pelo ato, com toda sua potência latente justamente por não ter sido convidado ou autorizado – trazendo elementos da história do grafite, parente da pichação, duas linguagens cuja apropriação se faziam presente em mais de um trabalho emoldurado literalmente ou pela representatividade de uma galeria.

A discussão e o enfrentamento do assunto “complicado” e retratação sobre os acontecimentos acerca dele não somente eram válidos como necessários

naquele espaço, ainda que fosse como discordância, pois a conversa, como confronto com o outro, é também um modo de reconhecer a sua existência, enquanto o silêncio a nega. Igualmente, essa não confrontação do outro mina a potência criativa da própria feira, conforme Osório comenta sobre dizeres de Rancière:

interpretar o mundo é uma forma de transformá-lo, desde que saibamos e queiramos perceber na posição do espectador e na faculdade de julgar uma potência criativa própria, fundada na certeza de que os caminhos que ligam minhas formas de sentir e pensar à minha vontade de interferir na realidade passa pelo enfrentamento sempre conflituoso do outro (e suas vontades) e pelos desdobramentos imprevisíveis dos acontecimentos. (OSÓRIO, 2008, p.192)

Chego à conclusão de que, apesar de subversivo em sua intenção e ação, o ato de M.I.A. tenha mesmo morrido na feira, digerido por ela. Ironicamente é justamente à invisibilidade e ao silenciamento que a pichação reage desde a sua origem. Ao que parece, o âmbito da arte está imune a este apelo, uma vez que tenha sido capaz de absorver quase tudo ou tudo mesmo e paradoxalmente, apresenta-se, dessa maneira, imune à subversão, imune à transformação e relação criadora, que tem como uma de suas manifestações a crítica. Por outro lado, se o núcleo dos “detentores da arte” tolera e não se abala, expressões como essa continuam a incomodar, a gerar debates e reações para além dele. Pode ser que o lugar mais potente para a arte já não seja mais em “espaços de arte”, - ao menos não naqueles que não estiverem realmente comprometidos com sua reinvenção -, mas fora deles, em todos os outros, onde ela ainda é capaz de afetar e causar caos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS, T. ArtRio é pichada e não apaga mensagem feita como protesto. Veja São Paulo. 20/09/2019 Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/artrio-e-pichada-e-nao-apaga-mensagem-feita-de-forma-ilegal/>>. Acesso em 21 set. 2019.

GOBBI, N. Galeristas na ArtRio apostam em vendas 'até o fim' da feira. Jornal O Globo. 10/09/2019 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/galeristas-na-artrio-apostam-em-vendas-ate-fim-da-feira-23960711>>. Acesso em 29 set. 2019.

MITTMANN, D. O sujeito-pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista. Dissertação [Mestrado]. Orientador: Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências: Rio Claro, 2012. 125 f.

OSORIO, L. C. Para que arte e para que crítica? encontros e desencontros. In: LOPES, A. e Passos, F. (Orgs.). Arte em Tempo Indigente. Vitória: Museu Vale, 2008. p. 182-197.

STEINBERG, L. A arte contemporânea e a questão do seu público. In: Outros Critérios: confrontos com a arte do século XX. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.21-37.

SOUZA, D. C. A. Graffiti, pichação e outras modalidades de intervenção urbana: caminhos e destinos da arte de rua brasileira. ENFOQUES: Revista Eletrônica dos alunos do PPGSA-UFRJ. Rio de Janeiro, v.7, n.1, pp.73-90, 2008.